

CLI Sul S.A. e Controlada

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CLI Sul S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CLI Sul S.A. (“CLI” ou “Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CLI Sul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para inclusão de divulgações descritas na referida nota explicativa. Em 27 de abril de 2023 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. A nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6, no mês de novembro de 2022, a Companhia, adquiriu 80% das ações da empresa Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), pelo montante de R\$1.524 milhões. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou alocação do montante pago de forma provisória, sendo que tal contabilização exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela Administração com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essas transações, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da empresa adquirida. Conseqüentemente, consideramos a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i) Avaliação do desenho dos controles internos relevantes adotados pela Administração da Companhia para identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de compra e registro contábil da alocação do preço e divulgação.
- ii) Avaliação da integridade e exatidão dos modelos de cálculo preparados pela Administração da Companhia no processo de identificação e valorização de ativos e passivos.
- iii) Envolvimento de especialistas internos em técnicas de valorização na avaliação dos modelos desenvolvidos pela Companhia para determinar o valor do preço de compra preliminar.
- iv) Avaliação da adequação das divulgações relacionadas à aquisição, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos aceitáveis a mensuração, contabilização e divulgação dos efeitos da referida aquisição no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada são apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e de sua controlada são responsáveis por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e de sua controlada continuarem operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e de sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e de sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 13 de julho de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

CLI SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
CIRCULANTES					CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	3	182.531	1	428.313	Fornecedores	12.1	4.925	-	19.986
Contas a receber	4	-	-	22.780	Debêntures	16	23.450	-	23.450
Estoques	5	-	-	14.922	Obrigações trabalhistas	14	-	-	19.071
Partes relacionadas	6	-	-	11.457	Obrigações tributárias	14	661	-	49.583
Tributos a recuperar	7	269	-	2.269	Passivo de arrendamento	13	-	-	16.188
Outros créditos		36	-	4.131	Partes relacionadas	6	-	-	14.340
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		182.836	1	483.872	Dividendos a pagar	18.3	3.660	-	3.660
					Outras contas a pagar	12.2	-	-	37.648
					TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		32.696	-	183.926
NÃO CIRCULANTES					NÃO CIRCULANTES		-		
Impostos diferidos	15	-	-	15.315	Debêntures	16	780.795	-	780.795
Ativo indenizatório	2.6	41.171	-	41.171	Passivo de arrendamento	13	-	-	88.234
Depósitos judiciais	17	-	-	375	Partes relacionadas	6	123.693	-	123.693
Investimentos	8	1.528.507	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	3.580	-	3.580
Imobilizado	10	-	-	63.627	Provisão para riscos	17	-	-	44.665
Direito de uso	9	-	-	84.241	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		908.068	-	1.040.967
Intangível	11	-	-	1.695.768	TOTAL DO PASSIVO		940.764	-	1.224.893
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		1.569.678	-	1.900.497	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18			
					Capital social		800.001	1	800.001
					Reserva de lucros		11.749	-	11.749
							811.750	1	811.750
					Participação de não controladores		-	-	347.726
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		811.750	1	1.159.476
TOTAL DOS ATIVOS		1.752.514	1	2.384.369	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.752.514	1	2.384.369

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Receita operacional líquida	21	-	87.000
Custo dos serviços prestados	22	-	(30.190)
Lucro bruto		-	56.810
Despesas gerais e administrativas	22	(12.121)	(12.125)
Equivalência Patrimonial	8	35.055	-
Outras receitas (despesas) operacionais	22	10.530	10.637
Lucro operacional antes do resultado financeiro		33.464	55.322
Receitas Financeiras	23	2.949	5.206
Despesas Financeiras	23	(17.424)	(17.947)
Variações cambiais, líquidas	23	-	1.034
Resultado financeiro líquido		(14.475)	(11.707)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.989	43.615
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	(11.545)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(3.580)	(7.898)
Lucro líquido do exercício		15.409	24.172
Atribuível a			
Participação dos acionistas da Companhia		15.409	15.409
Participação dos acionistas não controladores		-	8.763
		15.409	24.172
Lucro básico por ação (expresso em R\$ por ação)	19	0,14	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		15.409	24.172
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		15.409	24.172
ATRIBUÍVEL À			
Participação dos acionistas da Companhia		15.409	15.409
Participação dos acionistas não controladores		-	8.763
Total		<u>15.409</u>	<u>24.172</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação dos acionistas não	Total
	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total		
	Reserva legal	Retenção de lucros	Total					
Constituição da Companhia em 25 de agosto de 2021	1	-	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1	-	-	-	-	1	-	1
Aumento de capital (Nota 18.1)	800.000	-	-	-	-	800.000	-	800.000
Participação de não-controladores na aquisição de controlada (Nota 2.6)	-	-	-	-	-	-	338.963	338.963
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.409	15.409	8.763	24.172
Constituição de reserva legal (Nota 18.2.2)	-	770	-	770	(770)	-	-	-
Proposta de constituição de dividendos (Nota 18.3)	-	-	-	-	(3.660)	(3.660)	-	(3.660)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 18.2.1)	-	-	10.979	10.979	(10.979)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro 2022	800.001	770	10.979	11.749	-	811.750	347.726	1.159.476

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLISUL S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora 31/12/2022</u>	<u>Consolidado 31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		15.409	24.172
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	-	11.682
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos		3.580	19.443
Encargos financeiros reconhecidos no resultado, líquidos	13 e 16	16.880	18.044
Reconhecimento de compra vantajosa	2.6 e 22	(10.530)	(10.530)
Provisão para riscos	17	-	3.494
Resultado de equivalência patrimonial	8	(35.055)	-
Outras variações e provisões		-	10.398
		<u>(9.716)</u>	<u>76.703</u>
Redução/(aumento) em ativos			
Contas a receber de clientes		-	(46.743)
Estoques		-	(428)
Impostos a recuperar		-	(493)
Partes relacionadas		-	(11.457)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(36)	874
Aumento/(redução) em passivos			
Fornecedores		4.925	(2.772)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		392	(45.933)
Outros passivos circulantes e não circulantes		-	37.648
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>(4.435)</u>	<u>7.399</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.300)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(4.435)</u>	<u>6.099</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado	10	-	(2.313)
Valor pago em combinação de negócio, líquido de caixa adquirido	2.6	(1.400.400)	(1.161.431)
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de investimentos		<u>(1.400.400)</u>	<u>(1.163.744)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures (líquido dos custos com captação)	16	787.365	787.365
Aumento de capital social	18.1	800.000	800.000
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	13	-	(244)
Juros pagos de passivo de arrendamento	13	-	(1.164)
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades de financiamentos		<u>1.587.365</u>	<u>1.585.957</u>
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa		<u>182.530</u>	<u>428.312</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		182.531	428.313
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>182.530</u>	<u>428.312</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
 (em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Receitas		10.530	102.894
Vendas de produtos e serviços		-	92.257
Outras receitas operacionais		10.530	10.637
Insumos adquiridos de terceiros		11.385	11.939
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços		-	6.968
Materiais, energia, serviços de terceiros		11.385	4.971
Valor adicionado bruto		(855)	90.955
Depreciações e amortizações	22	-	11.682
Valor adicionado produzido pela Entidade		(855)	79.273
Valor adicionado recebido em transferência		38.004	6.778
Resultado de equivalência patrimonial	8	35.055	-
Receitas financeiras e variação cambial		2.949	6.778
Valor adicionado total a distribuir		37.149	86.051
Distribuição do valor adicionado		37.149	86.051
Pessoal		-	12.821
Remuneração direta		-	9.911
Benefícios		-	2.401
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		-	509
Impostos, taxas e contribuições		4.313	25.938
Federais		4.313	22.080
Estaduais		-	27
Municipais		-	3.831
Remuneração de capitais de terceiros		17.427	23.120
Despesas financeiras e variação cambial		17.424	18.485
Aluguéis		3	4.635
Remuneração de capitais próprios		15.409	24.172
Lucro líquido no exercício		15.409	15.409
Participações de não controladores		-	8.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CLI SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de dólares)

1. INFORMAÇÕES DA COMPANHIA

1.1. Contexto operacional

A CLI Sul S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de agosto de 2021, exercício em que permaneceu sem atividades operacionais.

A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras Companhias, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque. A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

No exercício de 2022 a CLI Sul foi adquirida pela atual controladora, Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por montante irrelevante para viabilizar a aquisição da Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), de acordo com a estratégia de negócios da Companhia.

Em virtude da data de constituição da Companhia e do início de suas atividades, não existe saldo comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto para Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Concessão do terminal portuário Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”)

A Companhia, por meio de sua controlada EPSA, detém a concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos, com prazo até março de 2036. A EPSA é prestadora de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque.

A EPSA está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão de terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12- Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão são extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária. Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam ao poder concedente (União) todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido e;

- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis. Tal custo residual estaria sujeito a avaliações técnicas e financeiras por parte da União

Aquisição EPSA

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a compra de 80% da participação acionária na EPSA, que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos; em 14 de novembro de 2022, foi concluída a operação junto à Rumo S.A. A partir dessa data o controle acionário passou a ser detido pela Companhia. A EPSA é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Guilherme Weinschenck, 886 na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

1.2. Outros Assuntos

Conflito entre Rússia e Ucrânia

Contexto Geral

A invasão da Ucrânia pelas forças russas, em 24 de fevereiro de 2022, constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das Companhias em geral.

Os impactos foram sentidos imediatamente nos mercados de commodities e financeiros ao longo desse período, desde o início da guerra. Algumas sanções foram impostas contra a Rússia por países que não concordam com os termos relatados para tal invasão. As consequências para a Rússia e os demais países são imediatamente aparentes, mas a longo prazo haverá também consequências significativas para a economia global. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

Os riscos desses eventos são significativos nas cadeias de abastecimento (especialmente no que diz respeito à demanda de energia), nos mercados de venda, no fornecimento de crédito pelos bancos, na gestão de cyber-ataques, entre outros exemplos. Tais riscos afetam direta ou indiretamente a economia global (investimentos, câmbio, inflação, petróleo, comércio internacional etc.), sujeita a impactos financeiros, caso as partes envolvidas não cheguem a um acordo.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Companhia não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia monitora diariamente possíveis impactos que podem ter efeito direto nas operações.

Os principais itens monitorados pela Companhia são:

- Fertilizantes: Rússia e Bielorrússia respondem por 30,5% das exportações de fertilizantes potássicos e o Brasil é o maior importador mundial não apenas do total de fertilizantes como de cada um deles (nitrogenados, fosfatados e potássicos). Portanto, o Brasil enfrentaria dificuldades para substituir a oferta daqueles dois países por outros fornecedores, dado o seu peso na balança comercial entre os países.

- **Commodities:** No ano de 2022 percebeu-se um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities, incluindo o milho e o trigo. A Companhia monitora efeitos relacionados ao potencial de exportação brasileiro e as condições que podem subsidiar o aumento das exportações, o que pode beneficiar as operações da Companhia e sua controlada. A guerra também contribuiu para um aumento da volatilidade nos mercados de câmbio, preços de energia, e outros custos de insumos. Até o momento, não se apontou impactos negativos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua subsidiária. A Administração continuará monitorando os fatos sobre o conflito, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam tal necessidade. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicadores de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentadas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxa de desconto, estoque, instrumentos financeiros e contas a receber entre outros itens analisados.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia e sua subsidiária.

2.2. Bases de Elaboração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas na troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas Demonstrações Financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos (equivalente à IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques (equivalente ao IAS 2) ou valor em uso na CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente à IAS 36).

A preparação das Demonstrações Financeiras, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Vide nota explicativa 2.5 para maiores detalhes.

2.2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo reapresentadas de acordo com as orientações contidas no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente ao IAS 8, para a inclusão de divulgações adicionais na nota explicativa nº 2.6 Combinação de Negócios.

Os itens 5 e 6 da referida nota explicativa foram acrescidos para trazer maior clareza a conciliação apresentada do quadro de alocação preliminar do valor pago na combinação de negócios.

Quadro originalmente apresentado:

Total da contraprestação	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.884
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.005

(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	88.581
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo	<u>1.908.273</u>
Participação de não controladores	338.963
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 22)	(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$87.000.

Quadro reapresentado:

Total da contraprestação(I)	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.882
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	<u>88.581</u>
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
	<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 22) (I-II+III+IV)	(10.530)

- (1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.
- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.

- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$87.000.

2.3. Base de consolidação

a) Investimento em controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controlada são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para a mesma data-base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as políticas contábeis às da Companhia.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro líquido ou prejuízo do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado da controladora em “resultado de equivalência patrimonial”.

Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controlada são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia em “outros resultados abrangentes”.

Conforme descrito no contexto operacional, a Companhia adquiriu 80% (oitenta por cento) das ações da EPSA em 14 de novembro de 2022 (nota 2.6). Sendo assim, não estão sendo apresentados saldos consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e a comparabilidade ficou sem efeito.

b) Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o input - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os inputs - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs - saída de recursos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

c) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada, localizada no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário em que opera, geram e consomem recursos.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas esse exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e sua controlada reconhecem a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

b) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia e sua controlada revisam o saldo do ativo imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando o ativo não gera fluxos de caixa separadamente dos outros ativos, a Companhia e sua subsidiária calculam o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas esperadas

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia e de sua controlada para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos vencidos e a vencer, considerando o conceito de perdas esperadas do CPC 48 (equivalente à IFRS 9).

d) Provisão para custos portuários

Outras contas a pagar incluem provisões operacionais são decorrentes de custos portuários (navegação), provisão para *demurrage*, estadia e outros gastos operacionais, cujos serviços já foram prestados e/ou os produtos foram entregues pelos fornecedores, gerando uma obrigação presente para a Companhia no final de cada período de relatório, estimada com base nos termos contratuais junto aos seus fornecedores ou de acordo com a experiência histórica acumulada.

A seguir apresentamos os principais custos portuários incorridos pela Companhia e sua controlada:

Provisão para “*demurrage*”: Quando o tempo de operação e espera do navio ultrapassa o tempo acordado em contrato de afretamento existirá o custo a ser repassado na cadeia logística.

Provisão para estadia: Estadia rodoviária paga para os veículos que levaram mais de 24h desde a sua chegada no pátio regulador até sua efetiva descarga na moega. Cada contrato possui parâmetros próprios para ressarcimento de custos de estadia.

Laytime (Estadia de navio): Para alguns contratos da EPSA, o terminal Elevações Portuárias possui a responsabilidade quanto ao *laytime* (estadia) dos navios dos clientes. Portanto, incorre em valor a pagar pelo Terminal ao Embarcador, que posteriormente paga ao afretador que por fim repassa para o Armador no caso de custo. Para os casos de prêmio é seguido o caminho inverso.

e) Provisão para riscos

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos.

A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

f) Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, os ativos e passivos assumidos por meio de combinação de negócios são avaliados ao valor justo. A determinação dos valores justos desses ativos e passivos podem se basear em dados não observáveis, caso os dados observáveis de mercado não estejam disponíveis, de modo que podem ser exigidos julgamentos e estimativas por parte da Administração da Companhia.

g) Passivos de arrendamento

A estimativa da taxa incremental sobre empréstimos é elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nessa estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito).

2.6. Combinação de negócios

Em 14 de novembro de 2022, a Companhia concluiu a operação de aquisição de 80% das ações da Elevações Portuárias S.A. ("EPSA"). O valor total da operação foi de R\$1.524.093, sendo pago em sua integralidade em dinheiro.

A tabela a seguir resume a o cálculo contraprestação transferida na data da transação:

Valor fixo da contraprestação paga em caixa	1.400.400
Contraprestação contingente (passivo assumido na data da aquisição)	<u>123.693</u>
Contraprestação a ser transferida na data da transação	<u>1.524.093</u>

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a CLI Sul passou a deter o controle da EPSA.

Os efeitos desta combinação de negócios afetaram apenas as contas patrimoniais do consolidado referentes às operações da Companhia a partir da data de aquisição, sendo que o patrimônio líquido da EPSA foi avaliado pelo seu valor justo na aquisição, com base no laudo econômico-financeiro preliminar de alocação do preço pago, por empresa de avaliação independente.

A CLI Sul não concluiu a alocação da contraprestação transferida nesta aquisição, e está apresentando nessas demonstrações financeiras uma alocação provisória com base em suas melhores estimativas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Essa contabilização inicial considerou mensuração do valor justo dos ativos e passivos, efetuada por especialistas independentes contratados pela Companhia e está sujeita a eventuais modificações decorrentes de fatos existentes na data da aquisição e que possam vir ao conhecimento da Administração da Companhia durante o período de ajuste de até um ano após a data de aquisição, conforme previsto no pronunciamento contábil CPC 15 (R1).

Com relação à aquisição da EPSA, a data-base de 14 de novembro de 2022 foi utilizada pela Companhia para o reconhecimento contábil da aquisição do controle acionário do investimento e de sua respectiva consolidação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foram detalhadas a seguir:

Total da contraprestação (I)	<u>1.524.093</u>
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	2.188.882
Caixa	17.119
Aplicações financeiras	221.850
Contas a receber	24.969
Estoque	14.494
Imposto de renda diferido	16.715
Imobilizado (1)	583.815
Direito de uso	84.771
Intangível	5.100
Intangível - Licença de operação (2)	1.173.588
Ativo indenizatório (4)	41.458
Outros ativos	5.003
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	280.611
Fornecedores	13.539
Obrigações trabalhistas	21.987
Adiantamentos	7.124
Obrigações tributárias	92.124
Arrendamentos CP	16.085
Provisão de riscos (3)	41.171
Arrendamentos LP	<u>88.581</u>
(=) Total dos ativos líquidos a valor justo (II)	<u>1.908.271</u>
Participação de não controladores (III)	381.654
(+/-) Ajuste eventos identificados 16 dias (5)	<u>(42.691)</u>
	<u>338.963</u>
(+/-) Outros ajustes (6) (IV)	(8.006)
Reconhecimento de compra vantajosa (provisório) (nota 22) (I-II+III+IV)	(10.530)

(1) O valor justo dos ativos foi calculado pelo método de fluxo de caixa descontado por uma taxa de retorno esperada para o ativo.

- (2) O valor justo para licença de operação calculado com base no Método de Lucro Excedente Multi-Período ("MEEM"), método que isola a receita / fluxo de caixa que está relacionado ao ativo intangível sendo avaliado e estima o valor justo por meio da soma dos lucros excedentes futuros descontados atribuíveis ao ativo intangível.
- (3) Os passivos contingentes assumidos na aquisição que são considerados obrigações presentes decorrentes de eventos passados e que podem ser mensurados de forma confiável foram reconhecidos e são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição e subsequentemente mensurados de acordo com os requisitos do CPC 15 (R1) (IFRS 3), a um montante superior que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 (IAS 37). O valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, mais os efeitos da alocação dos valores justos.
- (4) Conforme previsto na cláusula de indenização do contrato de compra e venda, a CLI Sul, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da EPSA (*closing*). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizável, representado por provisões de naturezas cível, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirida, no montante de R\$41.458.
- (5) Conforme contrato de compra e venda, a assunção do controle da Elevações Portuárias S.A. pela CLI Sul S.A. ocorreu em 14 de novembro de 2022. Desta forma, ajustes referentes as transações ocorridas no período de 16 dias da data do fechamento da operação para o balanço patrimonial utilizado na avaliação da alocação de preço provisória em 30 de novembro de 2022, foram necessários.
- (6) Determinados ajustes foram identificados durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, estes avaliados quantitativamente e qualitativamente como imateriais pela Administração da Companhia e, portanto, não foram corrigidos em 31 de dezembro de 2022, os quais serão devidamente ajustados na alocação de preço final.

Se a aquisição da EPSA tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício fiscal, as receitas consolidadas da Companhia para o exercício teriam sido de R\$651.357 e o lucro consolidado teria sido de R\$85.634, enquanto para o período compreendido da data de assunção do controle até 31 de dezembro de 2022 as receitas foram de R\$87.000.

2.7. Principais políticas e práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

2.7.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até no máximo 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.7.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de sua controlada foram calculados com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

2.7.4. Moeda estrangeira

Transações em outras moedas (diferente da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em outras moedas na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas (diferentes da moeda funcional), são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais, líquidas.

2.7.5. Estoques

Os estoques mantidos pela Companhia referem-se substancialmente a peças e insumos mantidos em estoque para consumo na operação e espera-se consumi-los dentro do período. São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido de custos incorridos estimados). Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzido das provisões para giro lento e obsolescência, constituídas em 100% do valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.7.6. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo quando for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

2.7.7. Instrumentos financeiros

Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo, (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
 - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7.8. Intangível

Direito de exploração

A Companhia e sua controlada possuem concessões de serviços públicos decorrentes de contratos de arrendamento. A Companhia atua sob o regime de concessão, entretanto, as suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do preço não ser regulado pelo poder concedente. Dessa forma, os saldos são apresentados na rubrica de Direito de Uso, ficando alocado no intangível o pagamento da outorga do início do contrato e bens reversíveis oriundos destes contratos.

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Exceto pelo ágio e outros ativos de vida útil indefinida, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou são adquiridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

2.7.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia e sua controlada revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto ágio, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores.

2.7.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.7.11. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e / ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.7.12. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo serviço; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (iv) o cliente aceitou o serviço.

A receita é reconhecida no resultado em virtude da prestação de serviços de elevações portuárias através da operação de terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

As receitas de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços/comercialização de elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

2.7.13. Resultado por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.7.14. Informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas na nota explicativa nº 24 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais.

O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

2.7.15. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativo se a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros da controlada, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.7.16. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia e sua controlada avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e pagamentos mínimos (movimentações mínimas contratuais) fixados no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e sua controlada utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de sua controlada. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e sua controlada alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e sua controlada optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e sua controlada reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.7.17. CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro.
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo.
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	13.404	18.512
Aplicações financeiras	169.127	409.801
Total	<u>182.531</u>	<u>428.313</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB	138.741	338.726
Operações compromissadas (i)	<u>30.386</u>	<u>71.075</u>
	<u>169.127</u>	<u>409.801</u>

(i) Trata-se de operações de curto prazo lastreadas em títulos de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2022, os rendimentos médios das aplicações financeiras foram de 100% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Clientes estrangeiros	-	13.366
Clientes Nacionais	<u>-</u>	<u>9.414</u>
Total	<u>-</u>	<u>22.780</u>

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Porém a Companhia não possui um histórico significativo de inadimplência.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Créditos a vencer	-	18.799
Créditos vencidos até 60 dias	-	2.353
Créditos vencidos de 61 a 180 dias	<u>-</u>	<u>1.628</u>
Total	<u>-</u>	<u>22.780</u>

5. ESTOQUE

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Peças e acessórios	-	12.770
Combustíveis e lubrificantes	-	344
Almoxarifado e outros	-	1.808
Total	<u>-</u>	<u>14.922</u>

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$3.158 em 31 de dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para realização dos estoques em 31 de dezembro é como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	-
Saldo oriundo de combinação de negócios	<u>(3.158)</u>
Saldo final	<u>(3.158)</u>

6. PARTES RELACIONADAS

A seguir apresentamos os saldos existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Rumo S.A. (ii)	-	11.457
Total ativo circulante	<u>-</u>	<u>11.457</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Rumo S.A. (iii)	-	14.340
Passivo não circulante		
Fornecedores		
Rumo S.A.(i)	<u>123.693</u>	<u>123.693</u>
Total Passivo	<u>123.693</u>	<u>138.033</u>

- (i) Os antigos controladores da EPSA (Rumo S.A.) terão direito ao recebimento de um valor adicional de acordo com a performance futura do negócio, e está condicionado realização da incorporação da EPSA pela CLI Sul no prazo de 18 meses. O valor justo dessa contraprestação contingente na data da aquisição da EPSA é de R\$123.693. Este valor corresponde a 20% do valor líquido entre a dívida e o caixa existente na data da liquidação.

- (ii) Os saldos de contas a receber, no ativo circulante, são rateios de despesas administrativas entre as Companhias com preços e condições determinados entre as partes.
- (iii) O saldo de contas a pagar, no passivo circulante, se referem à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato, que poderiam ser diferentes se fossem negociadas com terceiros. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Transações com partes relacionadas

A seguir apresentamos as transações existentes com partes relacionadas não controladas e não consolidadas:

Consolidado

	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional líquida	
Raízen Energia S.A. e controladas ⁽ⁱ⁾	6.342
Wilmar Sugar Pte Ltd	295
Raízen International Universal Corporation	42
	<u>6.679</u>
Compras de produtos / insumos	
Logisport Armazéns Gerais S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(31)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(992)
Rumo S.A. ^(iv)	(240)
Outros	(28)
	<u>(1.290)</u>
Despesa compartilhada ^(v)	
Rumo Malha Paulista S.A.	318
Rumo Malha Sul S.A.	(602)
Rumo Malha Norte S.A.	(9.358)
Rumo S.A.	(2.147)
Outros	(33)
	<u>(11.822)</u>
Resultado financeiro	
Raízen International Universal Corporation	2
Wilmar Sugar Pte Ltd	(18)
	<u>(16)</u>

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para a Raízen Energia e a Raízen S.A. se refere à armazenagem e elevação portuária, contratada em condições de mercado. (Empresas Grupo Rumo)

- (ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Logisport Armazéns Gerais S.A. se refere à locação de espaço para armazenagem, de acordo com o contrato entre as partes. (Empresa Grupo Rumo)
- (iii) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. referem-se à compra de lubrificantes, adquiridos em condições de mercado. (Empresa grupo Rumo)
- (iv) A prestação de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 junto à Rumo S.A. se refere à locação de armazéns localizados em Itirapina e Jaú, de acordo com o contrato entre as partes. (Empresa grupo Rumo)
- (v) Referem-se à rateios corporativos (empresas grupo Rumo) e do centro de serviços compartilhados do grupo Raízen.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Pis	-	95
IRPJ/CSLL	269	1.776
Previdenciário	-	398
Total	<u>269</u>	<u>2.269</u>

8. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos:

Nome da controlada	EPSA
Controladora	CLI Sul S.A.
Tipo de investimento	Investimentos em controlada direta
Número de ações	672.397.257
Tipo de ações	Ordinárias
% Participação	80%
Total do ativo de controladas em 31 de dezembro de 2022	2.187.899
Total do passivo de controladas em 31 de dezembro de 2022	284.129
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2022	1.876.233
Lucro de controlada após a obtenção de controle	43.819
Valor do investimento em 2022	1.528.507

9. DIREITO DE USO

	Vida útil em anos	Saldo contábil 31.12.2021	Saldos oriundos de combinação de negócios	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2022
Elevações portuárias S.A.	14	-	84.771	(530)	84.241
Total do ativo		<u>-</u>	<u>84.771</u>	<u>(530)</u>	<u>84.241</u>

10. ATIVO IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Terrenos, edifícios e benfeitorias	-	18.598
Máquinas, equipamentos e instalações	-	17.134
Obras em andamento	-	27.026
Móveis e utensílios		869
Total	<u>-</u>	<u>63.627</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Máquinas, equipamentos e instalações</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-
Adições	-	-	2.313	-	2.313
Depreciação no exercício	(2.077)	(28)	-	(516)	(2.621)
Saldos oriundos de combinação de negócio	<u>20.675</u>	<u>897</u>	<u>24.713</u>	<u>17.650</u>	<u>63.935</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>18.598</u>	<u>869</u>	<u>27.026</u>	<u>17.134</u>	<u>63.627</u>

As vidas úteis estimadas das aquisições de itens novos (bens não reversíveis) para o exercício corrente é a seguinte:

	Vida útil - 2022
Móveis e utensílios	10 - 15 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 15 anos
Edifícios e benfeitorias	20 - 25 anos

11. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Licença de operação	-	156.432
Bens de concessão	-	518.080
Mais Valia - Contrato de Concessão	-	1.021.256
	<u>-</u>	<u>1.695.768</u>

Licença de operação

Refere-se a valor pago a título de outorga no contrato de concessão da controlada EPSA.

Mais Valia

Refere-se a ativo Intangível relacionado a mais valia do Contratos de Concessão, identificado em combinações de negócio quando da aquisição da EPSA pela CLI SUL, tal montante será amortizado em 159 parcelas até 2036 de acordo com a vida útil do contrato de concessão detidos pela EPSA.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de Amortização % (Consolidado)
Licença de operação (CLI Sul S.A. - EPSA)	3,70%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Consolidado

<u>Consolidado</u>	<u>Licença de operação</u>	<u>Mais Valia</u>	<u>Bens de concessão</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Amortização	(983)	(5.916)	(1.632)	(8.531)
Saldos oriundos de combinação de negócio	157.415	1.027.172	519.712	1.704.299
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>156.432</u>	<u>1.021.256</u>	<u>518.080</u>	<u>1.695.768</u>

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

12.1. Fornecedores

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Fornecedores nacionais	4.925	17.864
Outros	-	2.122
Total	<u>4.925</u>	<u>19.986</u>

12.2. Outras contas a pagar

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Provisão de <i>demurrage</i> (nota 2.5 (d))	27.364
Provisão de estadia (nota 2.5 (d))	2.497
Outros	7.787
Total Outras contas a pagar	<u>37.648</u>

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia chegou a sua taxa de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 14,20% a.a. A movimentação de saldos de arrendamento a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Saldos oriundos de combinação de negócio - Aquisição EPSA	104.666
Apropriação de juros	1.164
Pagamento de principal	(244)
Pagamento de juros	(1.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>104.422</u>
Circulante	16.188
Não circulante	88.234
	<u>104.422</u>

A seguir é demonstrado o fluxo de pagamento por vencimento para os passivos de arrendamento:

	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026 até o término do contrato</u>	<u>Total</u>
Concessão Elevações Portuárias S.A.	16.188	17.435	70.799	104.422
Total do passivo	<u>16.188</u>	<u>17.435</u>	<u>70.799</u>	<u>104.422</u>

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	
<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	9.807	16.710
PIS/Cofins potencial (9,25%)	907	1.545

Outras divulgações

Para atender à orientação das áreas técnicas da CVM, previstas no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta, na sequência, os impactos na mensuração e remensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento, ao considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 2,97% a.a. (B3) para Controladora e sua subsidiária no Brasil.

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Passivo de arrendamento</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	104.422
Fluxo com projeção de inflação	107.523
Variação	3.101

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
<u>Direito de uso</u>	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	84.241
Fluxo com projeção de inflação	<u>86.743</u>
Variação	<u>2.502</u>
Despesa financeira	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	14.029
Fluxo com projeção de inflação	<u>14.446</u>
Variação	<u>417</u>
Despesa de amortização	
Contábil - CPC 06 R2 (IFRS 16)	6.299
Fluxo com projeção de inflação	<u>6.486</u>
Variação	<u>187</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Salários e encargos	-	19.071
Obrigações trabalhistas	<u>-</u>	<u>19.071</u>
IRPJ/CSLL	-	42.446
ICMS	-	2.042
COFINS	82	82
PIS	13	13
INSS	-	1.634
IRRF	52	758
ISS	-	1.690
Outros impostos a recolher	<u>514</u>	<u>918</u>
Obrigações tributárias	661	49.583
Total	<u>661</u>	<u>68.654</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Conciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social e a alíquota efetiva A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.989	43.615
Alíquota Nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à taxa nominal combinada (34%)	<u>(6.456)</u>	<u>(14.829)</u>
Equivalência patrimonial	11.919	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	1.345
Outras diferenças permanentes, líquidas	-	3.084
Crédito de imposto - não constituído	<u>(9.043)</u>	<u>(9.043)</u>
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(3.580)</u></u>	<u><u>(19.443)</u></u>
Imposto de renda e da contribuição social no resultado		
IRPJ/CSLL Corrente	-	(11.545)
IRPJ/CSLL Diferido	<u>(3.580)</u>	<u>(7.898)</u>
Total	<u><u>(3.580)</u></u>	<u><u>(19.443)</u></u>

Os saldos consolidados de 2022 são afetados pela combinação de negócios da CLI Sul e EPSA em dezembro de 2022. Os saldos da EPSA correspondem ao período que inicia em 14 de novembro de 2022, período que passou a ser controlada pela CLI Sul.

Ainda sobre os saldos consolidados, levando em consideração que a operação societária da CLI Sul e EPSA ocorreu apenas em 2022, não há saldos a serem apresentados para 2021 na coluna consolidada. O saldo de imposto de renda e contribuição social está apresentado na rubrica "Obrigações Tributárias" (nota 14).

15.2. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos correspondem a 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	<u>Controladora</u> <u>2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	-	1.188
Provisão para participação nos resultados	-	3.702
Demais provisões (demurrage, estadia, riscos e outras)	-	19.751
Passivo de arrendamento	-	6.861
Outros	-	7.890
Tributos diferidos - Ativos	<u>-</u>	<u>39.392</u>

	<u>Controladora</u> <u>2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>2022</u>
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Ágio fiscal amortizado	-	(22.769)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	-	(1.308)
Ganho Compra Vantajosa	(3.580)	(3.580)
Outros		-
Tributos diferidos - Passivos	<u>(3.580)</u>	<u>(27.657)</u>
Ativo fiscal diferido	-	15.315
Passivo fiscal diferido	(3.580)	(3.580)

Na controladora, dada a ausência de expectativa de lucratividade futura e, portanto, ausência de recuperabilidade de seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para os próximos anos, não há aplicação do diferido sobre seus saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa acumulados (montante acumulado em 31 de dezembro de 2022 - R\$26.597, 2021 - R\$0).

Já no plano consolidado, a controlada (EPSA) não apresenta saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a constituição de seu diferido. Os saldos consolidados são afetados pela combinação de negócios conforme discriminado no item 2.6 e o saldo de diferido passivo da EPSA corresponde apenas aos montantes a partir de 14 de novembro de 2022, período que passou a ser controlada pela CLI Sul.

16. DEBÊNTURES

	Taxa de juros (%)	<u>Controladora e</u> <u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Debênture (a)/(b)	CDI + 3,20% a.a.	816.880
Custo de Transação		(12.635)
Total		<u>804.245</u>
Circulante		23.450
Não circulante		<u>780.795</u>
		<u>804.245</u>

A movimentação das debêntures, está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e</u> <u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Saldo Inicial	-
Captação	800.000
Custos apropriados	(12.635)
Juros Incorridos	<u>16.880</u>
Saldo Final	<u>804.245</u>

Os vencimentos das debêntures registradas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Ano	Controladora e Consolidado 31/12/2022
2024	6.596
2025	38.596
2026	46.596
2027	102.596
2028 a 2031	586.411
Saldo Final	<u>780.795</u>

(a) Emissão de debêntures

Em outubro de 2022, a CLI Sul S.A. realizou sua 1ª emissão de debêntures, no valor total de R\$800.000, totalmente subscritas em outubro de 2022. A emissão teve como finalidade o pagamento do preço relativo à aquisição de 80% (oitenta por cento) do capital de Elevações Portuárias S.A. Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, constituída por 800 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.

As debêntures e sua remuneração serão amortizadas em 9 (nove) parcelas anuais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 10 de outubro de 2023 e a última em 10 de outubro de 2031.

(b) Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A primeira emissão de debêntures da CLI Sul está sujeita a certas condições restritivas, que contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a liquidez corrente, solvência e cobertura de juros (“covenants financeiros”), conforme segue:

Obrigações de medição anual apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul combinadas:

- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,50; e

Obrigações de medição semestral apurada através das demonstrações financeiras da CLI Sul consolidado.

- Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) consolidado mínimo de 1,20.

Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores (covenants financeiros) sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Além dos covenants financeiros, os contratos de empréstimo contêm cláusulas de covenants não financeiros, usuais no mercado, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos covenants financeiros.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenants financeiro ou não financeiro que ensejasse vencimento antecipado dos contratos de empréstimo da Companhia.

17. PROVISÃO PARA RISCOS

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para de mandas judiciais	
	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Tributárias	-	1.965
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	9.549
Trabalhistas	-	33.151
Total	-	44.665
	Depósitos Judiciais	
	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	207
Trabalhistas	-	168
Total	-	375

Movimentação das provisões para demandas judiciais consolidadas:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Saldos oriundo de combinação de negócio (i)	1.965	6.474	32.732	41.171
Adição de provisão	-	3.075	419	3.494
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.965	9.549	33.151	44.665

- (i) Montantes oriundos de processos com probabilidade de perda possível e provável de naturezas cíveis, regulatórias e ambientais no montante de R\$6.474, trabalhistas e tributárias no montante de R\$34.697, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a EPSA, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC 15/IFRS 3 (Nota explicativa nº 2.6). Adicionalmente, o valor justo dos passivos contingentes inclui os passivos assumidos e reconhecidos pela EPSA antes da alocação do valor justo, no montante de R\$839.

Perdas possíveis

Os processos com classificação de risco possível e remotos, foram avaliados e quando aplicável, foram incluídos no passivo assumido da combinação de negócio. Portanto, não há causas possíveis a serem divulgadas em 31 de dezembro de 2022.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital Social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$800.001 (2021 - R\$1) representado por 800.000.500 (oitocentos milhões e quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2021 - 500 ações), em tudo idênticas às ações existentes, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, sendo a Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI Norte”) sua única acionista.

18.2. Reserva de lucros

18.2.1. Reserva de retenção lucros

Os lucros remanescentes após as destinações estatutárias (dividendos e reserva legal) são apresentados nesta reserva, tais valores terão sua destinação deliberada em Assembleia Geral.

18.2.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

18.3. Dividendos propostos

A proposta de remuneração aos acionistas registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser encaminhada pela Administração à aprovação através de Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), no montante de R\$3.660 (R\$0,0046 por ação), contempla o dividendo obrigatório oriundo da parcela remanescente do lucro líquido do exercício e da reserva de legal, é assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	15.409
Destinações:	
Constituição de reserva legal	<u>(770)</u>
Base para distribuição de dividendos	<u>14.639</u>
Dividendos mínimo obrigatórios (25%)	3.660
Total de dividendos por ação (expresso em R\$por ação)	0,0046

19. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação no período.

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	15.409
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo de lucro básico por ação (milhares)	109.590
Resultado básico por ação - R\$	0,14

Não há ações ou instrumentos patrimoniais que gerem potenciais efeito de diluição no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<u>Categoria/ Mensuração</u>	<u>Nível</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	
			<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	(b)	-	428.313	428.313
Contas a receber	(b)	-	22.780	22.780
Total			<u>451.093</u>	<u>451.093</u>
Passivos				
Debêntures	(b)	-	804.245	804.245
Fornecedores	(b)	-	19.986	19.986
Passivo de arrendamento	(b)	-	104.422	104.422
Partes relacionadas	(a)	Nível 2	123.693	123.693
Dividendos a pagar	(b)	-	3.660	3.660
Total			<u>1.056.006</u>	<u>1.056.006</u>

Categoria / Mensuração

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurado ao custo amortizado

O valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de volatilidade no preço das ações, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, debentures, partes relacionadas, outros ativos circulantes e contas a pagar.

Abaixo é apresentado a natureza e extensão dos riscos:

20.1. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

20.2. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

20.3. Risco de mercado

a) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, bem como o passivo junto ao poder concedente.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Administração se baseou nas taxas divulgadas pela B3 para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros. Como estimativa de cenário mais provável, a Administração considerou as taxas das operações de dívidas referenciadas no CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para as obrigações baseadas no IPCA e IGP-M. Estimou-se valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os cenários II e III para os próximos 12 meses, enquanto os cenários IV e V consideram uma estimativa de desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Consolidado	Risco	Taxa	Exposição	Cenário Provável I	31/12/2022			
					Cenário Provável II	Cenário Provável III	Cenário Provável IV	Cenário Provável V
Ativos financeiros			409.801	55.938	69.922	83.907	41.953	27.969
Aplicações financeiras	CDI	13,65%	409.801	55.938	69.922	83.907	41.953	27.969
Passivos financeiros			908.667	115.986	144.782	173.738	86.870	57.913
Passivos de Arrendamentos	IPCA	5,79%	104.422	6.046	7.558	9.069	4.535	3.023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	13,65%	804.245	109.940	137.224	164.669	82.335	54.890
Dívida Líquida			<u>(498.866)</u>	<u>(60.048)</u>	<u>(74.860)</u>	<u>(89.831)</u>	<u>(44.917)</u>	<u>(29.944)</u>

b) Risco de Liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos	Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)	Juros a Incorrer	Valor Contábil em 31/12/2022
Passivos financeiros	114.239	165.838	1.060.746	1.340.823	236.489	1.104.334
Fornecedores	19.986	-	-	19.986	-	19.986
Debêntures	24.880	24.711	864.603	914.194	109.949	804.245
Passivo de arrendamento	17.385	17.434	196.143	230.962	126.540	104.422
Partes relacionadas	14.340	123.693	-	138.033	-	138.033
Outras contas a pagar	37.648	-	-	37.648	-	37.648

c) Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ativos e passivos em Dólar (USD) nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessa data:

	Consolidado 31/12/2022
Ativo	
Caixas e equivalentes de caixa	2.568
Cientes estrangeiros	9.530
Total	12.098

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com os seguintes cenários:

	5,2177	5,3798	4,0348	Consolidado 2,6899
	Exposição real	Cenário provável	Cenário I Depreciação - 25%	Cenário I Depreciação - 50%
Ativos em dólar				
Caixas e equivalentes de caixa	492	15	(144)	(463)
Cientes estrangeiros	1.826	55	(536)	(1.717)
	2.318	70	(680)	(2.180)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano para 90 dias, conforme cotações obtidas na B3 em 31 de dezembro de 2022 e alinhada aos primeiros vencimentos dos instrumentos financeiros com exposição ao câmbio, R\$5,3798/ US\$ 1,00.

Os cenários I e II consideram uma queda do dólar norte-americano de 25% (R\$4,0348 / US\$ 1,00) e de 50% (R\$2,6899/ US\$ 1,00), respectivamente. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (CPC 40).

21. RECEITA OPERACIONAL

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Mercado Interno	-	34.630
Mercado Externo	-	57.627
Total de receita bruta	-	92.257
Impostos sobre vendas	-	(5.257)
Total de receita líquida	-	<u>87.000</u>

22. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Custos dos produtos vendidos		
Custos Portuários	-	(19.789)
Arrendamento		(4.635)
Depreciação/Amortização	-	(5.766)
Total	-	<u>(30.190)</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesa com Prestação de Serviços	(11.385)	(4.971)
Taxas e Impostos	(733)	(733)
Outros	(3)	(505)
Depreciação/Amortização	-	(5.916)
Total	<u>(12.121)</u>	<u>(12.125)</u>
Outras Receitas (despesas) operacionais		
Compra vantajosa (nota 2.6)	10.530	10.530
Outros	-	107
Total	<u>10.530</u>	<u>10.637</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Receitas Financeiras		
Receita s/aplicação financeira	2.949	5.206
Total das Receitas Financeiras	<u>2.949</u>	<u>5.206</u>
Juros Sobre Empréstimos Obtidos	(16.880)	(16.880)
Outras Despesas Financeiras	(544)	(1.067)
Total das Despesas Financeiras	<u>(17.424)</u>	<u>(17.947)</u>
Subtotal Receitas (Despesas) Financeiras	<u>(14.475)</u>	<u>(12.741)</u>
Variação Cambial Líquida	-	1.034
Total Resultado Financeiro	<u>(14.475)</u>	<u>(11.707)</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessões, gestão logística e armazenamento de grãos no Porto de Santos, na região Sudeste do Brasil. A Companhia possui exposição a um segmento único.

A seguir apresentamos a informação de receita bruta sumarizada por região geográfica em 31 de dezembro de 2022:

Receita bruta, por região geográfica	<u>2022</u>	
Europa		44%
Suíça	7.707	8%
Inglaterra	21.558	23%
França	11.880	13%
América do Sul		38%
Brasil	34.630	37%
Uruguai	780	1%
América do Norte		7%
EUA	6.208	7%
Ásia		11%
Singapura	9.494	11%
Consolidado	<u>92.257</u>	<u>100%</u>
Impostos sobre vendas	<u>(5.257)</u>	
Receita Líquida	<u>87.000</u>	

25. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

<u>Itens não caixa</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Aquisição de investimento por contas a pagar a partes relacionadas (nota 6)	123.693	123.693
Dividendo mínimo obrigatório propostos (nota 18.3)	3.660	3.660

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras pela Administração:

a) Decisão do STF - Temas 881 e 885 de repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023

Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou OFÍCIO CIRCULAR Nº1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observadas os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras.

Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2022.

27. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, originalmente publicadas em 27 de abril de 2023, foram aprovadas pela Administração e publicadas em 13 de Julho de 2023.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CLI SUL S.A.

1. Introdução

Em atendimento as disposições legais aplicáveis, a CLI SUL S.A. (“Companhia” ou “CLI Sul”) apresenta, a seguir, o seu “*Relatório da Administração*”, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Este relatório é parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil (“Brasil”), que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Todas as informações aqui apresentadas, exceto quando indicado de outra forma, são expressas em milhares de reais (R\$).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada direta Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”).

A Companhia foi constituída em 25 de agosto de 2021 tendo como objeto social original a participação em outras sociedades, e permaneceu sem atividade econômica durante o remanescente do exercício de 2021. A Companhia passou, no exercício de 2022, quando foi adquirida por valor simbólico pela Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI S.A.”) para viabilizar a aquisição da EPSA, a ter como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a prestação de serviços no setor de logística (armazenagem e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de movimentação, armazenagem e embarque. A Companhia opera apenas no segmento de terminais de transbordo e exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos, região sudeste do Brasil.

A participação de 80% do capital social da EPSA, que opera os terminais T16 e T19 no Porto de Santos, foi adquirida pela CLI Sul, em 14 de novembro de 2022, pelo valor de R\$ 1.4 bilhão.

Sendo assim, a EPSA passou a ser consolidada a partir de 14 de novembro de 2022. Dessa forma, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado consolidados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, contemplam doze meses de operação da Companhia, somados a um mês e 16 dias de operação da EPSA.

Em virtude da data de constituição da Companhia e do início de suas atividades, não existe saldo comparativo nas demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As práticas contábeis adotadas pela Controlada foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controladora e a Controlada são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.



2. Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi marcado pela expansão dos negócios da CLI Sul, com a aquisição da EPSA, detentora da concessão dos terminais T-16 e T-19 no porto de Santos, no estado de São Paulo. A aquisição adicionou 16 milhões de toneladas de capacidade de elevação portuária, permitindo embarcar soja, milho e açúcar produzidos em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

Com expertise, inovação e excelência operacional, a CLI Sul oferece um serviço flexível e de alta qualidade que ajuda as tradings a serem mais competitivas. É uma operadora independente bandeira branca, com foco único em infraestrutura e logística portuária para o agronegócio, contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, a CLI Sul é uma empresa estratégica para o escoamento da produção agrícola dentro da área de influência, sendo reconhecida pelos clientes pela forte e versátil capacidade operacional e seus elevados níveis de serviços.

Aquisição da CLI Sul pela CLI S.A.

O ano de 2022 foi transformacional para a CLI S.A., controladora da CLI Sul. A boa safra do milho superou a média dos últimos cinco anos, influenciada por condições climáticas favoráveis nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia – região conhecida também como MATOPIBA, o que elevou o ritmo das exportações brasileiras, tendo o TEGRAM o papel fundamental no escoamento pelo arco norte. Soma-se a esse contexto a expansão dos negócios da CLI S.A., com a aquisição, por meio da CLI Sul, da EPSA, detentora da concessão dos terminais T-16 e T-19 no porto de Santos, no estado de São Paulo. A aquisição adicionou 16 milhões de toneladas de capacidade de elevação portuária, permitindo embarcar soja, milho e açúcar produzidos em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

A CLI entrou em uma nova etapa trazendo ao Porto de Santos a expertise do seu modelo operacional já implementado no TEGRAM, agregando novos valores como operador independente (Bandeira Branca) e otimizando a interface entre a operação do terminal e a operação da ferrovia.

Em 2023, a CLI S.A. trilhará um caminho de crescimento sustentável e para abrir um novo horizonte de expansão e consolidação como um player relevante no mercado de elevações portuárias, e seguir seu plano de ser uma empresa estratégica, reconhecida pelos clientes pela forte e versátil capacidade operacional e seus elevados níveis de serviços, contribuindo com o desenvolvimento do setor agrícola brasileiro.

3. Resultados

A seguir, apresentamos os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia:

<i>(R\$ milhares, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2022
Debêntures (passivo circulante)	23.450
Debêntures (passivo não circulante)	780.795
Dívida Bruta ⁽¹⁾	804.245
(-) Caixa e equivalentes de caixa	428.313
Dívida Líquida ⁽²⁾	375.932
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24.172
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	19.443



(+) Resultado financeiro líquido	11.707
(+) Depreciação e amortização	11.682
EBITDA ⁽³⁾	67.004
Dívida Líquida / EBITDA ⁽⁴⁾	5,61
Patrimônio líquido	1.159.475
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	0,3

(1) A Dívida Bruta refere-se à soma de debêntures (circulante e não circulante).

(2) A Dívida Líquida é uma medição não contábil representada pela Dívida Bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Para mais informações sobre a Dívida Bruta e Dívida Líquida, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) O “EBITDA” (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras.

(4) A relação Dívida Líquida / EBITDA demonstrada no quadro considera o EBITDA verificado nas demonstrações financeiras, ou seja, relativo apenas ao período compreendido entre a data da aquisição (14 de novembro de 2022) e o encerramento do exercício.

Os diretores acreditam que a Companhia apresenta planos e resultados consistentes.

Capital Circulante Líquido

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Companhia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia possui condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. A Diretoria acredita que a Companhia tem capacidade para contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro atuais com instituições financeiras. A tabela a seguir mostra o índice de liquidez corrente da Companhia:

(R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022
Ativo Circulante	483.871
Passivo Circulante	183.926
Liquidez corrente ⁽¹⁾	2,63

(1) Liquidez corrente refere-se a soma dos direitos de curto prazo/ativos circulantes dividida pela soma das dívidas de curto prazo/passivos circulantes.

Além disso, o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Considerando o nível de endividamento da Companhia, seus ativos de maior liquidez frente a suas obrigações, os Diretores acreditam haver liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Companhia. Caso entenda necessário, a Companhia possui capacidade de contrair novos empréstimos para financiar os investimentos e a sua operação.

Além disso, a Companhia controla as suas necessidades de capital e liquidez por meio do monitoramento da correlação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido. A Administração da Companhia busca manter uma posição de dívida líquida/patrimônio líquido adequada, visando, entre outras coisas, assegurar que a



Companhia tenha capacidade de honrar seus os compromissos financeiros associados aos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos, com vencimento durante os doze meses subsequentes.

Adicionalmente, considerando que, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R\$428.313, o passivo circulante totalizava R\$183.926, e levando em conta que o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$6.099, os diretores acreditam que a Companhia possui a liquidez e a capacidade de geração de caixa suficiente para cobrir seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses.

Receita Operacional Líquida

A receita líquida totalizou R\$87.000 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e corresponde a 1 mês e 16 dias de operação da EPSA, proveniente da concessão de serviços de terminais portuários no Porto de Santos.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados totalizou R\$30.190 e representa 34,70% da receita líquida. Os custos portuários, no montante de R\$21.248, representam os maiores custos da Companhia e sua subsidiária, representando 70,38% dos custos totais consolidados.

Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto totalizou R\$56.810, representando 65,30% da receita líquida consolidada da Companhia.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$12.125 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando 13,87% da receita líquida consolidada da Companhia. As despesas mais relevantes da Companhia somam R\$10.887 e se referem a despesas com prestação de serviços em geral (R\$4.971) e despesa de amortização e de depreciação de imobilizado e direito de uso (R\$5.916).

Resultado Financeiro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro líquido alcançou R\$11.707. A despesa de juros de R\$ 16.880 decorrente da primeira emissão de debêntures realizada pela Companhia foi parcialmente compensada pela receita de aplicações financeiras no valor de R\$5.206.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R\$43.615, representando 50,13% da receita líquida consolidada da Companhia.

Despesa de imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa de IR/CS totalizou R\$19.443, representando 22,35% da receita líquida consolidada da Companhia.



Lucro líquido do exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido do exercício totalizou R\$24.172, representando 27,78% da receita líquida consolidada da Companhia.

4. Investimentos

O investimento total realizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.524.093 em 2022, sendo a maior parte desse valor referente à aquisição da EPSA.

5. Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha 778 empregados ativos em regime CLT em seu quadro de funcionários. Oferecemos aos nossos empregados, bem como aos nossos executivos, pacote de benefícios que incluem assistência médica, assistência odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, dentre outros. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

6. Ética e Integridade

A CLI S.A. mantém um Programa de Integridade robusto, com Código de Ética e Conduta aplicável a todos os nossos stakeholders, inclusive os da CLI Sul. Promovemos treinamentos regulares, utilizamos ferramentas de *background check* e mantemos um Canal de Denúncias gerido por empresa especializada, garantindo transparência, confiabilidade e anonimato aos usuários. Nossa governança corporativa é pautada por práticas transparentes, responsáveis e éticas, buscando equilibrar o desempenho financeiro com o impacto social e ambiental de nossas atividades.

7. Sustentabilidade

A CLI S.A. integra a estratégia ESG/WHs (ambiental, social e governança / saúde, segurança e meio ambiente), ao próprio negócio e de suas controladas, incluindo a CLI Sul. Para isso, estabelecemos indicadores robustos de segurança, sustentabilidade e governança que norteiam todas as nossas ações. A segurança é uma prioridade em nossas operações, garantindo a proteção dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e comunidades onde atuamos. Buscamos constantemente reduzir o consumo de recursos naturais, minimizar nosso impacto ambiental e promover iniciativas de conservação e proteção do meio ambiente por meio de uma gestão ambiental responsável. Nossas políticas e práticas são desenvolvidas visando promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, com programas de treinamento e conscientização constantes, além de rigoroso cumprimento de normas e regulamentações aplicáveis.

8. Auditores Independentes

A política de atuação da CLI Sul na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes da CLI Sul fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: **(a)** o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; **(b)** o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu



cliente; e **(c)** o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da CLI Sul (neste caso, a partir do primeiro trimestre de 2023).



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80**

HELICIO TOKESHI, brasileiro, divorciado, economista, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13267243, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF) sob o nº 077.656.978-38, na qualidade de Diretor Presidente da **CLI SUL S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 2041, Torre B, 5º andar, salas 5117, 5119 e 5133, Vila Olímpia, CEP 04543-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 43.514.079/0001-81 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80"), que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que foram reapresentadas em atendimento as exigências elaboradas pela CVM no âmbito do pedido de registro de emissor de valores mobiliários da Companhia na categoria "B".

São Paulo/SP, 13 de julho de 2023



HELICIO TOKESHI
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO CLI SUL pdf

Código do documento 80139fe1-1578-4d47-ac57-6cc248b2fb3f



Assinaturas



HELICIO TOKESHI:07765697838

Certificado Digital

helcio.tokeshi@cli-br.com

Assinou

Eventos do documento

13 Jul 2023, 17:44:34

Documento 80139fe1-1578-4d47-ac57-6cc248b2fb3f **criado** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email:juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2023-07-13T17:44:34-03:00

13 Jul 2023, 17:44:57

Assinaturas **iniciadas** por LORENA GABRIEL (1bfe4fd7-e5b9-4e92-843d-4e44561297cf). Email: juridico@cli-br.com. - DATE_ATOM: 2023-07-13T17:44:57-03:00

13 Jul 2023, 17:59:52

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - HELCIO TOKESHI:07765697838 **Assinou** Email: helcio.tokeshi@cli-br.com. IP: 188.241.177.52 (188.241.177.52 porta: 32068). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC Certisign RFB G5,OU=A1,CN=HELICIO TOKESHI:07765697838. - DATE_ATOM: 2023-07-13T17:59:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):8a9fbc27db32881a61ae3a10e0cb70b39db160f4216b0dca93ef8f1e94b64388

(SHA512):403d3a134205a1705137baf88787222505cbce0141ccb063de94e5e91e911f584dfb361f3830ef1fb656304bfac36287f20b5eee67d4b539f24c1d5c03b2cfb6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign